



Boletim de Legislação



EJEF - *escola que forma e informa*

Nº 712 – 18 de janeiro de 2023

Abrangência: 07/01/2023 a 13/01/2023

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

ATOS DO CONGRESSO NACIONAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO LEGISLATIVO Nº 1	DOU; 10/01/2023	Aprova a intervenção federal na área de segurança pública do Distrito Federal, nos termos do Decreto nº 11.377, de 8.1.2023, com o objetivo de pôr fim a grave comprometimento da ordem pública.	Dec. Leg. 1 (Site da Imprensa Nacional)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 11.377	DOU; 08/01/2023	Decreta intervenção federal no Distrito Federal com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública, nos termos em que especifica.	Dec. 11.377 (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.379	DOU; 12/01/2023	Institui o Conselho de Acompanhamento e Monitoramento de Riscos Fiscais Judiciais.	Dec. 11.379 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.520	DOU; 10/01/2023	Fixa o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no inciso XV do caput do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Lei 14.520 (Site da Presidência da República)
LEI Nº 14.530	DOU; 10/01/2023	Altera a Lei nº 11.930, de 22.4.2009, para facilitar a localização de doadores cadastrados no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome).	Lei 14.530 (Site da Imprensa Nacional)

LEI Nº 14.531	DOU; 10/01/2023	Altera as Leis nºs 13.675, de 11 de junho de 2018, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), e 13.819, de 26 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, para dispor sobre a implementação de ações de assistência social, a promoção da saúde mental e a prevenção do suicídio entre profissionais de segurança pública e defesa social e para instituir as diretrizes nacionais de promoção e defesa dos direitos humanos dos profissionais de segurança pública e defesa social; e dá outras providências.	Lei 14.531 (Site da Imprensa Nacional)
LEI Nº 14.532	DOU; 11/01/2023	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público.	Lei 14.532 (Site da Imprensa Nacional)
LEI Nº 14.534	DOU; 11/01/2023	Altera as Leis nºs 7.116, de 29.8.1983, 9.454, de 7.4.1997, 13.444, de 11.5.2017, e 13.460, de 26.6.2017, para adotar número único para os documentos que especifica e para estabelecer o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) como número suficiente para identificação do cidadão nos bancos de dados de serviços públicos.	Lei 14.534 (Site da Imprensa Nacional)
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.160	DOU; 12/01/2023	Dispõe sobre a proclamação do resultado do julgamento, na hipótese de empate na votação no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, e sobre a conformidade tributária no âmbito da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e altera a Lei nº 13.988, de 14.4.2020, para dispor sobre o contencioso administrativo fiscal de baixa complexidade.	Med. Prov. 1.160 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 275	DOU; 11/01/2023	Dispõe sobre a prorrogação do emprego da Força Nacional de Segurança Pública para auxiliar na proteção da ordem pública e do patrimônio público e privado entre a Rodoviária de Brasília e a Praça dos Três Poderes, assim como na proteção de outros bens da União situados em Brasília.	Port. 275 (Site da Imprensa Nacional)

ATOS NORMATIVOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 14	DJE/STF; 11/01/2023	Institui Gabinete extraordinário para reconstrução do Plenário do Supremo Tribunal Federal.	Port. 14 (Site do STF)
ATOS NORMATIVOS DA DIRETORIA-GERAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL			
Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 5	DJE/STF; 10/01/2023	Divulga os dias de feriado e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2023, para cumprimento pelas unidades administrativas do Supremo Tribunal Federal.	Port. 5 (Site do STF)
ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA			
Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 420	DJE/CNJ; 10/01/2023	Revoga as portarias CNJ n. 199/2020, que institui Grupo de Trabalho para contribuir com a modernização e efetividade da atuação do Poder Judiciário nos processos de recuperação judicial e de falência, e a Portaria n. 299/2021, que designa representantes para a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla).	Port. 420 (Site do CNJ)
ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS			
Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
COMUNICADO SEM NÚMERO	Minas Gerais; 14/01/2023	Comunica os seguintes dias de feriados e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2022, nas repartições públicas estaduais.	Comunicado S/N (Site da Secretaria de Estado de Governo de MG)
LEGISLAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE			
Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 18.231	DOM; 07/01/2023	Altera o Decreto nº 14.060, de 6 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei nº 8.616/03, que "Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte", e dá outras providências.	Dec. 18.231 (Site da PBH)
DECRETO Nº 18.233	DOM; 07/01/2023	Institui o Grupo de Trabalho para organização do Carnaval de Belo Horizonte.	Dec. 18.233 (Site da PBH)
DECRETO Nº 18.235	DOM;	Regulamenta o Regime de Previdência	Dec. 18.235

	10/01/2023	Complementar instituído pela Lei nº 11.143, de 21 de dezembro de 2018.	(Site da PBH)
DECRETO Nº 18.237	DOM; 13/01/2023	Determina o expediente dos órgãos e das entidades do Poder Executivo nas datas que menciona.	Dec. 18.237 (Site da PBH)
ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS			
Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO CONJUNTO Nº 82	DJE; 12/01/2023	Avisa sobre a possibilidade de juízes de direito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais participarem, no mês de março de 2023, de ações coordenadas de cooperação na 2ª Vara Criminal e da Infância e Juventude da Comarca de Varginha, para realização de Audiências de Instrução e Julgamento em processos criminais de violência doméstica e familiar contra a mulher e prolação de sentenças nos feitos instruídos.	Aviso Conj. 82 (Site do TJMG)
AVISO CONJUNTO Nº 83	DJE; 12/01/2023	Avisa sobre a possibilidade de os juízes de direito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais participarem de ações coordenadas de cooperação no Mutirão do Júri em Belo Horizonte, nos meses de julho e novembro de 2023.	Aviso Conj. 83 (Site do TJMG)
AVISO CONJUNTO Nº 84	DJE; 12/01/2023	Avisa sobre a possibilidade de os juízes de direito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais participarem de ações coordenadas de cooperação no Mutirão do Júri em Caratinga, no mês de maio de 2023.	Aviso Conj. 84 (Site do TJMG)
COMUNICADO (SEM NÚMERO)	DJE; 12/01/2023	Comunica a todos os usuários do sistema de "Controle de Acesso - CNJ Corporativo", que as senhas de acesso aos sistemas depositados na PDPJ-Br (tais como BNMP, SEEU e Sisbajud) devem ser atualizadas através da funcionalidade "recuperação de senha", disponível em <https://www.cnj.jus.br/corporativo/> no link <Esqueceu sua senha?>.	<i>Publicado no DJE de 12/01/2022.</i>
COMUNICADO (SEM NÚMERO)	DJE; 12/01/2023	Informa "sobre a revogação dos certificados digitais padrão A1, expedidos pelo Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, utilizados para acesso ao sistema por servidores e magistrados com competência criminal, bem como por administradores regionais do SEEU habilitados. Por medida de segurança, recomenda-se o uso preferencial e prioritário do certificado digital padrão A3 para assinatura de documentos no SEEU".	<i>Publicado no DJE de 12/01/2022.</i>
PORTARIA Nº 5.960	DJE; 11/01/2023	Constitui Comissão Especial para promover estudos e sugerir ações comemorativas referentes ao sesquicentenário do Tribunal	Port. 5.960 (Site do TJMG)

		de Justiça de Minas Gerais - TJMG.	
PORTARIA Nº 5.961	DJE; 10/01/2023	Dispensa juiz leigo de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 5.961 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.962	DJE; 10/01/2023	Dispensa juíza leiga de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 5.962 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.963	DJE; 10/01/2023	Designa juiz leigo para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 5.963 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.964	DJE; 10/01/2023	Convoca Juiz de Direito para exercer substituição no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 5.964 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.965	DJE; 11/01/2023	Convoca Juiz de Direito para exercer substituição no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	Port. 5.965 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.966	DJE; 11/01/2023	Fixa o subsídio de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	Port. 5.966 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.967	DJE; 12/01/2023	Dispensa juíza leiga de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	Port. 5.967 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.968	DJE; 12/01/2023	Designa juiz leigo para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 5.968 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.969	DJE; 12/01/2023	Designa juíza leiga para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	Port. 5.969 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.970	DJE; 12/01/2023	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Caeté	Port. 5.970 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.971	DJE; 12/01/2023	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Camanducaia.	Port. 5.971 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.972	DJE; 12/01/2023	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Jaboticatubas.	Port. 5.972 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.973	DJE; 12/01/2023	Designa Juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Piranga.	Port. 5.973 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.974	DJE; 13/01/2023	Designa Juiz Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Andradás.	Port. 5.974 (Site do TJMG)

ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO Nº 1	DJE; 09/01/2023	Avisa sobre a necessidade de citação eletrônica para todos os processos que tramitam no Sistema "Processo Judicial Eletrônico - PJe", inclusive no Sistema dos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais, quando os destinatários forem as pessoas jurídicas mencionadas neste ato.	Aviso 1 (Site do TJMG)
AVISO Nº 2	DJE; 10/01/2023	Avisa sobre a necessidade de alimentação semestral de dados no sistema "Justiça Aberta"	Aviso 2 (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 7.465	DJE; 09/01/2023	Designa Assessora Jurídica para exercer as funções de coordenação na Assessoria Técnico-Jurídica dos Juizes Auxiliares da Corregedoria - ASFIJ, no primeiro semestre de 2023, e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.212, de 4 de julho de 2022.	Port. 7.465 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.466	DJE; 10/01/2023	Designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Caeté e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 6.657, de 7 de janeiro de 2021.	Port. 7.466 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.467	DJE; 10/01/2023	Designa Juíza Auxiliar da Corregedoria para exercer as funções de Superintendente Adjunta de Planejamento da Secretaria da Corregedoria-Geral de Justiça, por prazo estipulado.	Port. 7.467 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.468 (EXTRATO)	DJE; 10/01/2023	Instaura Sindicância Administrativa.	Port. 7.468 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.469	DJE; 11/01/2023	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na 5ª Vara Cível, 3ª Vara Criminal e na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de Precatórias Criminais da Comarca de Uberlândia, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	Port. 7.469 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.470	DJE; 11/01/2023	Reconduz juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Viçosa.	Port. 7.470 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.471	DJE; 12/01/2023	Constitui Grupo de Trabalho para promover estudos visando traçar as estratégias e o plano de trabalho para atendimento das demandas relativas ao funcionamento e fiscalização do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA.	Port. 7.471 (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.472	DJE; 12/01/2023	Designa juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Patos de Minas e revoga a Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.229, de 11 de julho de 2022.	Port. 7.472 (Site do TJMG)
PROVIMENTO CONJUNTO Nº 115	DJE; 10/01/2023	Altera e acresce dispositivos ao Provimento Conjunto nº 93, de 22 de junho de 2020, que "institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços notariais e de registro do Estado de Minas Gerais".	Prov. Conj. 115 (Site do TJMG)
RECOMENDAÇÃO Nº 1	DJE; 12/01/2023	Recomenda a expedição da guia de recolhimento para cumprimento de pena privativa de liberdade, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença condenatória, e torna sem feito a Recomendação da Corregedoria-Geral de Justiça nº 14, de 16 de setembro de 2022.	Recom. 1 (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: cobib@tjmg.jus.br

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br. O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.